

Domingo, 17 de abril de 2022

Greve de servidores do INSS é legal, não pode ter punição diante de um Estado que não criou Comitê Gestor de Carreiras

A greve dos servidores públicos federais tem levantado preocupações sobre o desconto dos dias paralisados no salário. Tendo em vista as façanhas já apresentadas pelo governo Bolsonaro, é natural que os servidores se ame-drontem ao se deparar com brechas que possam lhes deixar encurralados quanto a descontos em seus contracheques.

Para início de tudo, segundo o nosso setor jurídico, toda greve é passível de corte de ponto por horas não trabalhadas que precisam ser compensadas. Isso é um ponto de vista pacífico do STF, que realmente permite medidas punitivas como estas. No entanto, quando a greve é motivada por descumprimento de acordo, a justiça tem o entendimento pacífico de que o governo não pode proceder com o desconto dos dias paralisados da greve.

Sendo assim, os trabalhadores que aderirem ao movimento grevista 2022, estão acobertados por esse entendimento nos tribunais.

O ano é 2022, já estamos em quase 30 dias de greve, e é preciso mantermos a constância na nossa luta porque apesar de serem dias difíceis, temos uma força imensa e

também uma enorme resiliência. Alguns servidores, preocupados com as consequências punitivas solicitaram ao Sindsprev que nossos advogados entrassem com ação jurídica preventiva, a fim de evitar que o governo burle a lei que nos permite o movimento e castigue ainda mais o nosso grupo, contudo, segundo o nosso advogado, Fabiano Parente, só é possível acionar à justiça preventivamente, em casos de ao menos ameaças de corte de ponto, o que até o momento não aconteceu, ao contrário, o governo até agora não entrou na justiça pedindo a ilegalidade da greve e verbalmente acordou nas negociações que não vai haver procedimento de corte de ponto e nenhum outro tipo de punição. Ele sabe que não pode proceder com cortes de salário dos servidores porque além da pauta geral, há também essa pauta específica que citamos acima.

Todavia, caso isso aconteça, o Sindsprev tomará as medidas jurídicas cabíveis. Ao dar as costas para a categoria, Bolsonaro e sua equipe abrem espaço para os servidores lutarem com toda liberdade por aquilo que é nosso direito. Nossa greve é legal e justa. Vamos fortalecer o movimento e acreditar na nossa força.

Governo anuncia reajuste de 5% para servidores

Um reajuste de 5% que ainda não foi oficializado está programado para o mês de julho, conforme afirmam os representantes do governo federal. O presidente Jair Bolsonaro e sua equipe, que antes não aceitavam negociação com os servidores, com a força da greve já anuncia um pequeno valor para a categoria.

A notícia veio à tona na sexta-feira, dia 14 de abril, contudo, não houve sequer uma conversa com representantes da nossa base, ainda que fosse para ao menos anunciar a proposta.

Como bem se sabe, os servidores públicos federais estão em busca da reposição salarial de 19,99%, um percentual que corresponde apenas à perda inflacionária dos últimos três anos. A luta foi registrada desde o dia 16 de março, em vindas e idas à Brasília - DF.

No dia 23 do mesmo mês o Sindsprev-PE inaugurou a greve dos servidores públicos federais da Saúde e do INSS, hoje, em mais de 20 dias de paralisação, todos os estados do país,

com exceção da Roraima aderiram ao movimento com apoio de servidores do Ministério Público e também de outras categorias.

No último dia 30 de março, o diretor do Sindsprev-PE, José Bonifácio Monte, foi à Brasília para mais uma tentativa de negociação juntamente com a Fenasp e CNTSS e ouviu de José Borges de Carvalho Filho, Coordenador Geral de Negociação Sindical no Serviço Público, que o governo não tinha interesse em negociar. Com a greve ampliada em 99% do país, Bolsonaro começa a ceder à pressão e já sinaliza um quarto do que se pede na reivindicação. O valor ainda é pouco dentro das perdas que a categoria obteve, só a inflação dos três primeiros meses de 2022 já chega em 3,2%. O valor que o governo oferece será o valor do percentual alcançado em quatro meses, contudo, para um governo que havia destinado reajuste salarial apenas para os policiais federais, 1,7 bilhão, agora, se transforma em 6,3 bilhões. Será que o governo vai cumprir a promessa?